

TAVARES, Pedro Vilas Boas; OLIVEIRA, Fátima; CARNEIRO, Alexandra (coord.) – ***Seminário Internacional Ora et Labora Refojos de Basto: leituras, textos e autores beneditinos. Atas.*** Cabeceiras de Basto: Município de Cabeceiras de Basto, 2022, 292 pp.

Encontro de investigadores, reputados especialistas nas respetivas áreas de saber, nem por isso as comunicações do Seminário, agora vazadas no presente volume, andam longe dos interesses do homem comum, com valores de cidadania e cultura, medianamente informado e desejoso de consolidar e aprofundar os seus conhecimentos sobre a história do coletivo a que pertence.

Os textos deste volume, reproduzindo na sua bela capa a fotografia da biblioteca monástica restaurada, então ainda quase despovoada de livros, correspondem à distribuição das comunicações do programa do Seminário por seis painéis temáticos, cuja estrutura, muito naturalmente, se mantem. Precedendo o elenco das diferentes comunicações, como pórtico de abertura aos trabalhos publicados – pelo viés do ensaio e da história literária –, abre o volume o texto de notável conferência de José Carlos Seabra Pereira, – professor da Faculdade Letras de Coimbra e na Universidade Católica, figura de referência nos estudos camonianos e relativos ao Decadentismo, Simbolismo, Neo-Romantismo e Modernismo: *Vocação e condição monástica na narrativa moderna* (pp. 31-49), síntese de largo fôlego de revisitação crítica das representações literárias contemporâneas da vida regular e dos regulares, de Herculano e de Garrett a Agustina Bessa Luís.

O primeiro painel abre com estudos em matéria «Da Escrita e do Cartório»:

Saul Gomes, da Universidade de Coimbra, disserta *Em torno da escrita e dos seus formulários na documentação beneditina medieval: o exemplo do Mosteiro de S. Pedro de Pedroso* (pp. 75-99). O mosteiro objeto de focalização, primitivamente beneditino e na época moderna entregue à Companhia de Jesus, permite ao autor a exemplificação do tipo de prática paleográfica dos seus monges bem como da tipologia de documentos por si produzidos e/ou arquivados, sendo que «os *scriptoria* beneditinos não eram imunes à evolução dos tempos em matéria de sensibilidade literária e de modelos gráficos». Em apêndice documental, o fragmento de uma carta de legitimação e de apresentação de clérigo pelo abade do mosteiro, exemplos de procurações, de cartas de contrato e avença, de prazos e de cartas de moradia (do século XIV), devidamente lidas e transcritas, com a respetiva reprodução fotográfica, valorizam este trabalho.

Maria Cristina Cunha e Maria João Oliveira e Silva (CITCEM/FLUP) ocupam-se de *A Cultura beneditina do cartório: princípios, objetivos e condições materiais de funcionalidade* (pp. 53-74), fazendo outrossim o ponto de situação das vicissitudes das espécies e fundos documentais albergados no cartório monástico de Refojos (incorporações nele, incêndios ocorridos, obras de melhoria realizadas...), da Idade Média ao séc. XVI, e do séc. XVII à «exclausuração».

Estas investigadoras não só indicam o caminho para se poder fazer a reconstituição do *corpus documental* existente aquando dos principais sinistros que atingiram o mosteiro, como nos fornecem caminho seguro para a reconstituição integral desse *corpus* no seu *terminus* final *ad quem*, *corpus* intacto aquando do levantamento do “cerco do Porto” e encerramento do mosteiro em agosto de 1833, mas já com importantes subtrações aquando do arrolamento nacionalizador de 7 de Abril de 1834. Ora, efetivamente, em valiosos anexos, as autoras não apenas transmitem à comunidade científica o conteúdo deste arrolamento, como lhe acrescentam um outro inventário suplementar do cartório, resultante da «devolução» à comissão inventariante, ainda no tempo da sua atuação, de «livros, títulos, receitas e mais trastes da livraria e do arquivo que já tinham saído do mosteiro e haviam sido recuperados», e mesmo um terceiro inventário, elaborado posteriormente, por ordem do corregedor da comarca de Guimarães, em resultado da denúncia de um tal António Teixeira, criado do último abade, que recebera deste, compreensivelmente alarmado, «poucos dias antes da entrada das tropas leaes em o Couto de Refojos», a incumbência de colocar a bom recato, em casa de um lavrador de Várzea Cova, um carro com seis caixões de madeira, entre cujos bens estava parte do cartório de Refojos. Nem sempre a forma como foram elencados os *itens* pelos arroladores permitiram às autoras perceber as dimensões e natureza material dos volumes e dos maços. Como quer que seja, «a partir das datações coligidas» foi-lhes possível constatar que «na época moderna houve a preocupação de reconstituir as falhas documentais dos séculos anteriores», em alguns casos fruto de incêndios, como fica manifesto da «grande quantidade de certidões de vários papéis e pergaminhos requeridas à Torre do Tombo, especialmente em períodos turbulentos da história nacional e da organização monástica a que se assiste após o Concílio de Trento». A análise dos três inventários referidos permitiu-lhes ainda alcançar, além de decisiva aproximação à integralidade do recheio do cartório, o conhecimento concreto da forma como este se ordenava sinaleticamente e articulava fisicamente com a

livraria, cujo espaço partilhava. Uma aproximação que os “sumários” e “índices” do cartório de Refojos, organizados pelo cartório-mor da ordem, Frei Bento de Santa Gertrudes Magna, uma vez proximamente publicados, poderão vir a tornar mais fácil e eloquente.

O segundo painel, «Da experiência de Montecassino ao quotidiano monástico», sobretudo em virtude do texto da primeira comunicação (pp. 103-108), de autoria de Enrico Veneziani (UCP/CEHR), *Revisitando a experiência de Montecassino: algumas notas históricas a partir da Chronica Monasterii Casinensis (séculos XI e XII)*, mais do que sugerir o exercício intelectual de uma espécie de refontalização matricial, constitui uma oportunidade sopesamento de precisas e determinantes circunstâncias contextuais, histórico-eclesiológicas, que serviram aos monges casinenses «para reivindicarem uma espécie de primazia e de papel de custódios da ortodoxia da Regra dentro da família beneditina». Conforme Enrico Veneziani evidencia, Montecassino, à luz da crónica escrita nos séculos XI e XII, em nome da sua *libertas*, da sua autonomia e privilégios monásticos, sob proteção do papa, ora enfrenta os bispos que vêem nos monges clérigos deles dependentes, usurpadores dos direitos e patrimónios episcopais, ora o próprio papado, quando nele vê a tentação de uma abusiva intromissão na sua vida interna.

Andrea Mariani (CITCEM/FLUP) escreve sobre um tema candente que necessariamente se impõe a quem tente perceber, na paisagem humanizada do nosso território, a conexão das fundações monásticas mais antigas com os sistemas defensivos coevos: *Algumas reflexões sobre a relação entre mosteiros e sistemas defensivos medievais* (pp. 109-119). Focaliza-se em “exemplos de campo” da diocese do Porto, e particularmente no caso dos mosteiros de Arouca, Grijó e Pedroso, em sua articulação com «as fortificações conectadas a eles». Segundo este autor, que não hesita em visitar criticamente páginas marcantes de Carlos Alberto Ferreira de Almeida e de Mário Barroca (que julgamos longe de superadas), «estes elementos defensivos deveriam ser, na maior parte dos casos, simples, de castelos-recintos, de castros da Idade do Ferro reutilizados, cujas amplas dimensões podiam oferecer refúgio, não só aos religiosos, mas também à população local». As atalaia que frequentemente os acompanhavam, permitiriam à população aperceber-se de um ataque iminente, fugir para locais elevados, com reaproveitamento de antigas fortificações, desta forma tentando colocar em maior segurança vidas e parte dos bens. Fica, conforme deseja o autor, aberto o debate, e, sobretudo, patentes as urgências de uma área de trabalho

imensa, na qual cumpre fazer incrementar o cruzamento de criativas pesquisas e deduções arquivísticas com novas e rigorosas sondagens arqueológicas.

Situando-se já em documentação da época moderna, Aida Maria dos Reis da Mata, investigadora do Centro de Estudos Beneditinos sediado em Refojos de Basto, desempenha-se em agradável e correto estilo, clareza pedagógica e segurança documental, da incumbência de reconstituir, perante o leitor comum contemporâneo, com um mínimo de iniciação à cultura monástica, *Um dia na vida de um monge beneditino. Do levantar ao deitar* (pp. 121-128).

O território do mosteiro, clima e condições físicas com impacto no quotidiano dos monges, os cargos, funções e seu exercício dentro da comunidade e na relação com os espaços extra clausura, a ocupação do tempo e a observância monástica, são “apartados” centrais desta exposição. Naturalmente, parte a autora de fontes normativas (Regra, Constituições, definições, cerimoniais, costumes), mas não se fica na abstração legal. Sempre com a preocupação de verificação documental do seu maior ou menor cumprimento prático, nomeadamente com recurso aos livros de *visitas* (dos *visitadores* e do *geral*), o que resulta desta descrição é um panorama ricamente matizado, repleto de respostas concretas sobre um tipo de “civilização” que a nossa contemporaneidade tende a desconhecer ou a subestimar – com grande perda sua –, e que neste grande cenóbio das fronteiras interiores do Minho se exprimia, como tablado e destino concreto de trajetos biográficos de milhares de vidas ao longo de séculos, de gente de carne e osso, capaz – pelo menos – de interpelar o sentido da vida e de felicidade das nossas concepções correntes.

«Da Ecclesia sempre reformanda» trata o terceiro painel.

Francesco Renzi (UCP/CEHR) debruça-se sobre *O Monaquismo beneditino e o Papado da Reforma: influências recíprocas* (pp. 131-146).

Extensa e atualizada bibliografia por si dominada neste e em anteriores estudos, para os quais remete, autorizam-lhe um importantíssimo ponto de situação neste artigo. Nele se procede à revisão das simplificadoras visões de «Reforma Gregoriana» como «organização piramidal da Igreja já definida no século XI» coordenadora «do processo de reforma das estruturas eclesiais, utilizando os mosteiros como canal de difusão a uma escala europeia das ideias provenientes de Roma». Aliás, apresentando um elenco de revisitação crítica ao perfil dos papas beneditinos entre 1046 e 1124, o autor reconhece que «são precisamente os papas da *Reichskirche*, juntamente com a ação de Henrique III, a iniciar concretamente o processo de Reforma (altamente diferenciado no

seu interior) na cidade de Roma, quase três decénios antes do pontificado de Gregório VII». Assim, finalmente, não admira que numa das suas conclusões terminais, Renzi enfatize quanto «o estudo do monaquismo beneditino na plena Idade Média deve ser visto na multiplicidade de reformas monásticas e eclesiais e na sua evolução e interação com as outras formas de vida cenobítica – tanto beneditinos “reformados”, cluniacenses ou cistercienses, como com outras formas de monaquismo e vida canonical –, o clero secular e o poder leigo, cuja influência, dentro e fora de Roma, não desapareceu com o pontificado de Gregório VII».

Da ligação da ordem beneditina à génese de outros impulsos, momentos e formas de “reforma” nos fala Nuno de Pinho Falcão (UNILAB; CITCEM/UP) em *A Congregação de Santa Justina de Pádua e os Cónegos de Alga: um diálogo de reformas na Itália quatrocentista* (pp. 147-155). De um priorado agostiniano decadente, de finais do século XIV, em S. Jorge de Alga de Veneza, da titularidade de Ludovico Barbo, à experiência de vida comum de um grupo de jovens patrícios desejosos de ver nos seus dias a *renovatio ecclesiae*, pelo regresso às virtudes do «estado apostólico», e da reforma da abadia beneditina de Santa Justina de Pádua, cometida pelo Papa Gregório XII a Luís Barbo e seus companheiros, clérigos seculares viventes em comum, em inícios de quatrocentos, bem como daí à aventura fundacional portuguesa da Congregação de S. João Evangelista, eis um trajeto de marcantes experiências eclesiais a que este autor dedicou muitas páginas na sua tese de doutoramento e – afinal – é impressiva expressão histórica (institucional, pastoral e prática) de uma igreja sempre chamada a permanente renovação.

Compreende-se que neste mesmo apartado se insiram as páginas consagradas por Pedro Vilas-Boas Tavares a *António Alvarado (1561-1617) e a mística teologia em ambiente beneditino* (pp. 157-162). É que, sendo «a teologia mística conatural à vida monástica», por ela passam e se exprimem também, de forma subtil mas palpável, os caminhos da sua reforma; pelo que o autor, ao recensear os *itens* de teologia mística presentes nas estantes da biblioteca de Refojos, nesse quadro apresentando António Alvarado (OSB) como um elo natural na cadeia mística beneditina, ao tomar consciência – por constatação documental – da precocidade da recomendação dos visitadores/reformadores espanhóis, Álvaro de Salazar e Sebastião de Villoslada, preconizando as «orientações da Madre Teresa de Jesus» nestas matérias (apenas seis anos depois da sua morte), infere que Teresa de Ávila terá entrado na pauta de reforma da vida de piedade do mosteiro

de Refojos de Basto, como «consagração triunfal da oração e contemplação do *recogimiento*». Situando-nos em terras de Basto, se, no caso de Refojos, as estantes da “exclaustração” parecem confirmá-lo, no caso do mosteiro de S. João de Arnoia, uma interessante tela biográfica, representando a transverberação da reformadora do Carmelo, parece insinuá-lo...

Correspondendo ao Painel IV «Das vivências, leitores e leituras beneditinas», relevo central têm os textos de Maria Luísa Jacquinet (UAL; CITCEM-UP), Paula Almeida Mendes (CITCEM-UP) e Fernanda Maria Guedes de Campos (FCSH da U. Nova de Lisboa).

Usando pertinentemente o tópico de *genius loci*, Maria Luísa Jacquinet (pp. 164-175) convida o seu leitor a visitar o templo e os espaços claustrais de Refojos, anotando algumas das mais importantes vivências de espiritualidade de monges e fiéis leigos nesses espaços patentes ou implícitas, a partir da imaginária cultuada, dos cerimoniais, da importâncias atribuída a relíquias e indulgências e ao papel das confrarias e festividades. Em *Do “genius loci”: vivências da espiritualidade em S. Miguel de Refojos e dinâmicas da patrimonialização do sagrado* Luísa Jacquinet sublinha, conclusivamente, que as expressões de piedade e religiosidade por si evocadas, «alocáveis maioritariamente a um espaço não dessacralizado», apesar de «inevitavelmente afetadas pela saída de cena dos agentes que lhes deram vida», pela sua «natureza essencialmente imaterial», apesar de «associadas a alfaia, livros e espaços», são passíveis «de uma revalorização e ressignificação, capazes de lhes restituir um valor simultaneamente cultural e espiritual/pastoral»; algo que reconhece estar a acontecer na dinâmica do Museu das Terras de Basto e do seu Núcleo de Arte Sacra e por virtude dos sucessivos seminários internacionais levados a efeito em Cabeceiras desde 2015.

Paula Almeida Mendes, trabalhando um campo muito da sua especialidade e de grande valia para a história do livro e da leitura em Portugal, analisa em *Leitores reais, leitores ideais: obras de autores beneditinos e seus dedicatários* (pp. 177-188) o contexto e teor dos paratextos que acompanham um importante conjunto de obras escritas e traduzidas por beneditinos, ao longo dos séculos XVI-XVIII. A análise das dedicatórias a que procede, revela rica panóplia de razões subjacentes à leitura e consulta de muitas espécies, desde os motivos “profissionais”, ao universo de leitores/as movidos/as pela procura da literatura de espiritualidade e de devoção e de obras de comportamento moral, nas quais a linhagem e/ou exemplaridade de vida «de muitas figuras – hoje esquecidas ou desconhecidas» terá contribuído, muito significativamente, «para a construção em moldes panegíricos, de retratos “em palavras” de leitores ideais, propostos à imitação por parte do público». Generosa lista de fontes e estudos habilita o

leitor interessado em novas incursões nestes domínios.

Em *Livros e leituras de história na livraria do Mosteiro de S. Bento da Saúde de Lisboa (Século XVIII)* (pp. 189-206), Fernanda Maria Guedes de Campos, depois de situar as diferentes casas beneditinas fundadas na capital, debruça-se especificamente sobre o Mosteiro de S. Bento da Saúde.

Vinca-se, desde logo, que o Mosteiro, muito naturalmente, «procurou que na sua Livraria, estabelecida no século XVII e continuada até ao século XIX, constassem as melhores obras e edições, numa perspetiva simultaneamente retrospectiva, acompanhando ocasiões para aquisição de obras antigas, e prospetiva, com sentido crítico, mas atento ao que se ia publicando». Segundo a autora «esta dupla política de enriquecimento do espólio bibliográfico, encontra-se patente no *Índice que mandou fazer o M.R.P. Preg. Geral Fr. João do Pillar sendo Abade deste Mosteiro de S. Bento da Saúde. Para se procurarem e descobrirem com muita facilidade os Livros de que se compoem esta Livraria. 1776*. (BNP. COD 7435).

Depois de uma descrição «daquele excelente catálogo manuscrito na sua estrutura organizativa e aparato gráfico», é-nos disponibilizada detalhada e criteriosa «análise do núcleo de livros de História antiga e moderna, Geografia e Antiguidades» que integra o referido catálogo. Conforme escreveu esta especialista «nele se identifica um cânone de leituras na expressiva variedade de temas e de autores de várias épocas, sinal inequívoco de uma Livraria ativa e aberta ao conhecimento do Outro». Sem que nos pareça extraordinariamente surpreendente numa biblioteca que desejava manter-se atualizada, entre os mais de 2000 títulos do catálogo de 1776, lá aparece, conforme regista Fernanda de Campos, a *Encyclopedie* na edição de Lucques. Conforme nas suas «considerações finais» a mesma sublinha, o gosto artístico (de sabor neo-renascentista) e capacidade de aquisição dos monges de S. Bento da Saúde parece exprimir-se na descrição de uma coleção de *estampas excelentes de Miguel Angelo Bonaroto*.

«Das bibliotecas e bibliofilias beneditinas: Refojos» se ocupam Ana Isabel Líbano Monteiro (Biblioteca Nacional de Portugal) e Luana Giurgevich (Rutter Project, Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, UL) na parte da obra correspondente ao «Painel V».

Remetendo para trabalhos seus já publicados, em *A Livraria Monástica de Refojos de Basto (III). Novas leituras, outros olhares* (pp. 209-224), desta feita regressando benemeritamente, pela terceira vez, com grande sensibilidade, acuidade analítica e proficiência técnica, à análise de três listagens da Livraria de Refojos, cuja atribulada elaboração foi desencadeada pelas “nacionalizações” concomitantes e posteriores à guerra civil 1831-1834, que dispersaram os

monges e lhes confiscaram os bens, Isabel Líbano Monteiro intenta completar a reconstituição e identificação integral das espécies pacificamente abrigadas nas estantes desta magnífica biblioteca monástica, antes da chegada da “liberdade liberal” a Cabeceiras de Basto e com ela – recordemos a sardónica linguagem das *Novelas do Minho* camilianas – a «Ideia Nova», o piano forte e a degeneração do fidalgo de Basto, «escorregando do trono absoluto à democracia»...

Atendo-se ao conteúdo do vasto repositório de obras e volumes ordenados naquelas estantes robustas, de clássica compleição e suave cromatismo, imediatamente anterior ao triunfo do liberalismo, por si analisado (e cujo processo de inventariação é revelador afinal, também neste caso, entre tantos outros pelo país fora, da grande insuficiência de conhecimentos culturais e literários de quem foi encarregado de o efetivar), sente-se Ana Isabel Líbano Monteiro autorizada a inferir que aquela livraria «almejava o desígnio de ser uma biblioteca “universal”, típica da época das Luzes que a todos servia». Para reiterar, conclusivamente: «*Templo* de leitura – de estudo, escrita, lazer, com memórias agora resgatadas – acompanhou durante centenas de anos os monges beneditinos e toda a dinâmica do mosteiro de Refojos na sua vertente espiritual, pedagógica, profissional, cultural, lúdica e de assistência, que servia a comunidade a eles confiada».

Por seu turno, Luana Giurgevich, consagra um extenso e experimentado trabalho (pp. 225-260) às *Bibliotecas de boticas beneditinas: Refojos de Basto e São Bento da Saúde de Lisboa no trajeto do livro científico da rede de bibliotecas monásticas*. Com assinalável erudição e competência técnico-científica, depois de evocar o papel das ordens religiosas na arte farmacêutica, passa a analisar os inventários das bibliotecas das boticas de S. Miguel de Refojos e S. Bento da Saúde, de Lisboa, para situar os géneros textuais da literatura médico-farmacêutica nas bibliotecas das boticas beneditinas.

Entende fundadamente a autora que os inventários e catálogos das bibliotecas antigas podem ser vistos como «sismógrafos muito sensíveis para detetar as persistências das tradições, as dinâmicas metamórficas e a constituição de novos modelos culturais» e que as duas bibliotecas de boticas por si aqui estudadas ajudam a perceber qual era o tipo de ciência que, em geral, os beneditinos se propunham praticar nos seus mosteiros. Permitimo-nos extrair das suas conclusões finais:

– «As boticas de Refojos e São Bento de Lisboa, com suas diferentes e valiosas coleções de livros, são peças de um panorama cultural longamente esquecido pela história da ciência. A existência dos livros científicos nestas instituições religiosas sugere que os beneditinos estavam afinados à literatura científica

especializada mais atualizada».

– «As ordens religiosas contribuíram de forma significativa para o avanço das ciências, e, se calhar, foram os melhores mediadores nos processos de transição entre teorias novas e velhas. Numa narrativa histórica pontuada por grandes génios, os monges foram agentes do quotidiano, praticantes comuns, muitos deles até invisíveis e anónimos, mas foram também infatigáveis “construtores de conhecimentos para a eternidade”».

«Do Amor das Letras e seus itinerários», correspondendo ao Pannel VI e último do Seminário Internacional, acolhe duas importantes contribuições: *Livros, leituras e ciência de Deus em Anselmo de Aosta, de Bec e de Cantuária* (pp. 263-277), de José Francisco Meirinhos (FLUP /IF), e a apresentação do itinerário biográfico de *Geraldo Coelho Dias, monge beneditino e multifacetado historiador* (pp. 279-287), por Luís Carlos Amaral (FLUP/CITCEM e CEHR/UCP).

José Meirinhos escolhe – felizmente – regressar neste seminário a uma revisitação, feita de forma luminosamente pedagógica, às «deambulações» de Anselmo, esse inquieto jovem nobre, natural de Aosta, sedento de sentido de vida, de felicidade, de teologia (que indelevelmente viria a definir no sentido de *Fides quaerens intellectum*), percurso esse que, como é sabido, o levaria às letras e à vida beneditina, ao empenhamento eclesial – culminando na sua eleição para o arcebispado de Cantuária, onde faleceu (1109) –, ao mesmo tempo que à produção de uma vasta obra original de reflexão e ao reconhecimento da Igreja, com a sua canonização (1494) e declaração como Doutor da Igreja (1720).

O autor, consagrando aqui, naturalmente, especial atenção ao *Proslogion* e à meditação anselmiana acerca das razões da fé, para enfatizar a importância na história da filosofia e do pensamento ocidental deste Doutor da Igreja, recorrendo a uma página de Etienne Gilson, releva que a posição assumida face ao chamado “argumento ontológico” sobre a existência de Deus «pode servir como uma linha divisória entre a tradição do realismo platonizante e a tradição do empirismo aristotelizante», uma “marca de água” que, renovando-se com Descartes, acompanha as reflexões críticas, favoráveis ou desfavoráveis, dos principais nomes da filosofia moderna e contemporânea.

Por referência ao quadro eclesial e beneditino que neste trabalho se exprime, por contraste com uma época, como a nossa, de certa auto-idolatria da singularidade de opinião por parte de certos “teólogos de ofício”, desvalorizadores práticos do papel do magistério ordinário da Igreja na preservação e transmissão imaculada e “sem ruga” do «depósito da fé», pode surpreender a solicitude reverente com que o teólogo Anselmo se relaciona com

a hierarquia, sujeitando-lhe os seus juízos. Mas não só. Como escreve o autor a propósito da «admoestação» de Lanfranco, antigo mestre do santo, «Anselmo entende apenas que a razão em busca da fé não contradiz a autoridade, mas traz o entendimento para a companhia da fé, reforçando-se com a refutação das mais severas objeções. Por isso agradece ao seu crítico o tornar possível mais esse aprofundamento», e, «gesto ainda mais raro na história da filosofia e ilustrativo da peculiaridade intelectual e autoral de Anselmo, ele mesmo ordena que a crítica ao argumento e a sua própria resposta passem a circular em conjunto, o que de facto acontece em boa parte dos apógrafos e mesmo das edições e traduções do *Proslogion*» (p. 271), uma ética procedimental que infelizmente não tem grandes cultores nos presentes dias...

O texto da derradeira comunicação deste Painel VI corresponde às palavras proferidas pelo Professor Luís Amaral no dia 30 de Julho de 2021, no quadro «da justíssima homenagem que, em boa hora, a edilidade de Cabeceiras de Basto entendeu fazer a Frei Geraldo Coelho Dias», culminando na atribuição ao ilustre académico e historiador beneditino da Medalha de Ouro de Mérito Público Municipal, nessa mesma ocasião recebida por sua irmã, Senhora D. Maria Teresinha Coelho Dias Machado.

Geraldo Coelho Dias, monge beneditino e multifacetado historiador é, desde já, um primeiro e crucial texto síntese de dados, verdades testemunhais, factos, inferências biográficas e contextuais sobre esta marcante personalidade da contemporaneidade beneditina portuguesa, entrevistado por alguém especialmente bem colocado (pela sua formação específica, carácter e proximidade) para convenientemente lograr evocar o largo trajeto de vida de um mestre, também colega e amigo. Desde aquela mais distante fase de «quase como *puer oblatus*» entrado no mosteiro, até à sua maturidade humana e religiosa; desde a “profissão”, do presbiterado e dos seus entusiasmos pelos alvares do Concílio, aos cargos desempenhados no quadro da sua ordem e da universidade; desde a sua enviatura a Roma e a Jerusalém – onde aprofundou os seus estudos bíblicos – e da produção dos seus primeiros escritos, às publicações de final de carreira e ao conjunto do legado por si transmitido.

É natural e justo esperar que as comunidades beneficiárias (certamente parte e expressão das comunidades cívica e científica globalmente consideradas) comecem a revelar declarados sinais de atenção reconhecida. Finaliza este belo volume o texto da «Sessão de Encerramento» do V Seminário Internacional *Ora et Labora*, intervenção institucional cometida ao Senhor Eng.º Joaquim Barroso de Almeida Barreto, Presidente da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto. Depois de vinculados agradecimentos e felicitações à Câmara Municipal,

a todos os organizadores, oradores e participantes, dirige o edil palavras de reconhecimento, consideração e estima a «um amigo de Cabeceiras de Basto, cujo legado ficará para sempre associado a esta terra, a este mosteiro beneditino e à ordem em que professou e devotadamente serviu».

Pedro Vilas-Boas Tavares
CITCEM - FLUP